

a China e os Países de Língua Portuguesa. Em Junho de 2017, estabeleceu-se formalmente em Macau a Sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa, que irá prestar às empresas de Macau incluindo as PME serviços de consulta e desenvolver os preparativos para a divulgação e promoção no exterior.

Foi estimulada a construção do Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa. Em 2017, o Governo da RAEM estabeleceu, sucessivamente, em várias cidades do interior do País, Centros de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, realizou a Sessão de Apresentação, e as Bolsas de Contacto Alusiva aos Produtos dos Países de Língua Portuguesa. Integrou os elementos de convenções e exposições aos da plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa, valorizando a função de Macau como Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Por outro lado, melhorou constantemente a função do Portal para a Cooperação na área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa e desenvolveu o serviço de inscrição online nas actividades de convenções e exposições. Foi realizada pelo Governo da RAEM, em 2017, pela primeira vez, a Cimeira sobre a Construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Macau Apoiada pelas Empresas Estatais Chinesas, tendo sido assinados, na Cimeira, vários acordos de cooperação entre empresas de países de língua portuguesa, empresas estatais chinesas e empresas de Macau, envolvendo várias áreas.

Quanto à cooperação regional, foi aprofundado o intercâmbio e os contactos com as províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, nomeadamente Guangdong, Fujian, bem como outras províncias e cidades. O Governo da RAEM continuou a acompanhar o andamento e as recomendações ligadas aos projectos para a entrada no Parque Industrial de Cooperação Guangdong e Macau na ilha de Hengqin, ajudando as empresas a acelerar o seu estabelecimento no Parque. A Zhongshan 760-área Interactiva de Macau foi oficialmente inaugurada e os preparativos para a criação do Parque Industrial de Cooperação entre Jiangsu e Macau avançaram. Além disso, organizou uma delegação composta por representantes do interior da China e de Macau, incluindo os da província de Fujian, para participar no Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa realizado em Cabo Verde e incluídos os representantes da província de Fujian, realizou uma visita de estudo a São Tomé e Príncipe. A respeito do intercâmbio e cooperação na área de medicina tradicional chinesa, foram aprofundadas as negociações e as parcerias com as empresas de tecnologia médica de Fujian. Foi celebrado com Hong Kong o Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre Hong Kong e Macau no 4.º trimestre de 2017.

Formar Quadros Qualificados e Construir uma Cidade com Condições Ideais de Vida e de Mobilidade



Em 2017, o Governo da RAEM continuou a executar as linhas de acção governativa no sentido de aperfeiçoar os mecanismos eficientes de longo prazo relativos a cinco vertentes da vida da população: Segurança social, habitação, educação, serviços médicos e formação de quadros qualificados, nas respectivas áreas relacionadas com a vida da população e otimizando os empreendimentos relativos ao seu bem-estar, a fim de concretizar as metas de acção governativa definidas no Plano Quinquenal de Desenvolvimento.

Implementação da política de saúde para construir em conjunto uma cidade saudável

Em 2017, o Governo da RAEM persistiu na aplicação do princípio de um tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção, tendo impulsionado todas as acções governativas no domínio da saúde. No Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, foram fixadas, pelo Governo da RAEM, dez metas de desenvolvimento para o domínio da saúde, Entre estas dez metas de desenvolvimento, as três referentes ao rácio entre as despesas afectas à área da manutenção da saúde e assistência médica e as despesas públicas, à esperança média de vida à nascença e ao número de médicos por cada mil habitantes, foram atingidas em 2017, enquanto as restantes sete metas foram sendo concretizadas, com uma taxa de conclusão superior a 50 por cento.

O Governo da RAEM tem acompanhado de perto a tendência para o envelhecimento da população, através de um conjunto de cuidados prestados nas áreas de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação e melhorados serviços de qualidade aos idosos. Através do alargamento do número de utentes atendidos através da Linha Aberta de Apoio na Saúde para Idosos e da integração dos serviços médicos prestados a idosos pelo CHCSJ e pelos Centros de Saúde, sob

a coordenação mútua, empenhou-se no aumento da qualidade de vida e na redução da taxa de reinternamentos hospitalares deste grupo etário.

Relativamente à atenção prestada aos idosos, procedeu-se à elaboração do programa preliminar do mecanismo interno de avaliação dos serviços nos lares, por forma a melhorar a qualidade dos serviços nos lares subsidiados. Realizou-se, entretanto, o curso de formação de técnicos responsáveis pela definição do plano de prestação de serviços a doentes com demência, a fim de desenvolver os cuidados dos serviços de demência nos lares de idosos e nos centros de cuidados especiais para idosos. Realizaram-se acções de formação sobre os cuidados prestados aos idosos no domicílio, no sentido de aumentar a capacidade de cuidados prestados pelos cuidadores de idosos e empregadas domésticas. Em simultâneo, iniciou-se o programa de optimização dos serviços nos centros de convívio e centros de dia para idosos, por forma a melhorar gradualmente a qualidade dos serviços. Através da cooperação interdepartamental, procedeu-se a um teste de saúde para os idosos, tendo como objectivo sensibilizar os idosos para prestarem mais atenção à sua saúde.

Após a criação do Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica em 2016, foi criado o Centro de Reabilitação Pediátrica em Junho de 2017, tendo sido recrutados mais terapeutas, com vista a melhorar a eficiência dos serviços de avaliação, diagnóstico e tratamento prestados às crianças. O tempo de espera para avaliação das crianças foi reduzido de um ano para uma média inferior a um mês, sendo os procedimentos da avaliação concluídos dentro de oito semanas em geral. O tempo de espera para a terapia da fala e a terapia ocupacional foi reduzido em mais de metade, face ao registo anterior. A par disso, foi promovida a educação dos encarregados de educação para procederem aos treinos com as crianças no domicílio, tendo em vista alcançar um melhor resultado do tratamento.

Em 2004, o Governo da RAEM solicitou a adesão à Aliança das Cidades Saudáveis, promovida pela OMS. Ao longo dos anos, foi desenvolvido um grande número de trabalhos de divulgação e educação. Em 2017, sob o tema Macau-um lar feliz e sadio, o Governo da RAEM implementou uma série de actividades, nomeadamente ministrar continuamente o curso de autogestão de doenças crónicas, promover a cessação tabágica e recomendar a prática de exercícios físicos nos locais de trabalho e alimentação saudável, de modo a encorajar a adopção de estilos de vida saudáveis, implementando a noção de primazia à prevenção.

Foi lançado, pela primeira vez em 2016, o Programa de Rastreio do Cancro Colorrectal, tendo sido registada, desde a primeira fase até ao final do mês de Setembro de 2017, uma participação de mais de 2400 pessoas. Foram transferidos 15 casos confirmados para receberem tratamento médico, conseguindo assim alcançar o objectivo de detecção e tratamento precoces. Além disso, o resultado do inquérito sobre o estado de saúde da população de Macau contribui para conhecer melhor os residentes, servindo de base para a elaboração e ajustamento das políticas de saúde.

Promover os serviços médicos e melhorar as infraestruturas para o desenvolvimento a longo prazo

Na sequência da primeira acreditação internacional atribuída aos Centros de Saúde no ano

de 2014, estes voltaram a merecer a acreditação de Centros Clínicos Diurnos em 2017. Para além da aprovação em todos os 26 critérios de avaliação, dois deles obtiveram a classificação de "Realização Extensiva", nomeadamente no parâmetro de aperfeiçoamento do sistema de gestão do registo de saúde e de satisfação das necessidades de utentes de diferentes origens, simbolizando que o nível de assistência médica e a qualidade de serviços prestados pelos centros de saúde atingiram o padrão internacional.

O Governo da RAEM tem vindo a melhorar os serviços de cuidados de saúde generalizados e diferenciados, continuando a executar as medidas actuais nomeadamente o prolongamento do horário de funcionamento e o aumento da oferta, tendo-se empenhado na melhoria da qualidade dos exames laboratoriais. Através de ajustamentos, da ampliação das instalações e apetrechamento médico, da utilização flexível de enfermarias e de blocos operatórios, bem como da criação de equipas para tratamento de traumatismos, de primeiros socorros, de apoplexias e de enfartes do miocárdio, no Serviço de Urgência, foi aumentada a capacidade de tratamento de doentes em emergência hospitalar.

Até à primeira metade do ano de 2017, a taxa geral de conclusão do Projecto de Melhoramento das Infraestruturas do Sistema de Saúde foi de 40 por cento. A entidade competente pela construção envidou todos os esforços para proceder ao lançamento do concurso relativo à construção das superestruturas do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas antes do final deste ano. Neste momento, as obras de construção do Edifício de Especialidade de Saúde Pública e do Centro de Saúde de Seac Pai Van, em Coloane, estão a decorrer normalmente. As obras de remodelação do interior do Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde já foram iniciadas, a obra de construção do Centro de Reabilitação de Ká-Hó foi já concluída, a segunda fase do projecto da supra-estrutura do Complexo Municipal de Serviços Comunitários da Praia do Manduco já foi iniciada.

As alterações aos regimes jurídicos ajudam o desenvolvimento sustentável do sector da saúde. O Regime Jurídico do Erro Médico entrou em vigor no dia 26 de Fevereiro e a Comissão de Perícia do Erro Médico e o Centro de Mediação de Litígios Médicos começaram a funcionar no mesmo dia, contribuindo assim para o tratamento dos erros e litígios médicos de forma mais justa, razoável e eficaz.

O Governo da RAEM criou, em 2017, a Comissão Técnica da Academia de Ciências Médicas de Macau, procedeu à admissão de 40 internos do internato complementar e de 46 internos do internato geral de modo a reforçar a formação de profissionais. De acordo com o Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, entre 2014 e Setembro de 2017, foram abertos concursos para preenchimento de 152 vagas de internos do internato complementar como reserva de profissionais para as necessidades inerentes ao desenvolvimento futuro.

Através do encorajamento dos profissionais de saúde para participarem na formação em serviço, bem como a incumbência de instituições académicas de Hong Kong para avaliação do sistema de saúde de Macau, todos estes factores contribuíram para o progresso dos serviços de saúde.

Aperfeiçoar o sistema do ensino superior e criar o regime de avaliação da qualidade

O Governo continuou a implementar, em 2017, e a “Promover a prosperidade de Macau através da educação” tendo concluído a legislação relativa à lei do Regime do Ensino Superior e promovido o processo legislativo dos diplomas legais complementares envolvidos nesta lei. Nomeadamente, o Regime de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior, o Estatuto do Ensino Superior, o Fundo do Ensino Superior, o Conselho do Ensino Superior e o Sistema de Créditos do Ensino Superior. Foi concluído o texto de Orientação sobre a Revisão dos Cursos e procedeu-se, ainda, ao melhoramento contínuo da proposta preliminar do plano de desenvolvimento a médio e longo prazo, na área do ensino superior, no sentido de proporcionar melhores condições para a optimização do Regime do Ensino Superior de Macau, bem como para o seu desenvolvimento.

Concomitantemente, promoveu-se a segunda fase do plano-piloto de Auditoria à Qualidade das Instituições, melhorando, continuamente, o conteúdo das diversas orientações de avaliação, realizando actividades de formação que visam a garantia da qualidade das instituições do ensino superior, para se prepararem devidamente para uma boa implementação do Regime de Avaliação da Qualidade. Através do Projecto de Financiamento do Desenvolvimento Profissional para o Pessoal Docente e de Investigação das Instituições do Ensino Superior de Macau, continuou-se a dar apoio aos investigadores das instituições do ensino superior para a realização de pesquisas académicas e participação em conferências académicas, bem como para a publicação dos resultados dos estudos. Também foram abertos cursos de formação avançada para 40 docentes, em colaboração com as Universidades de Coimbra e de Cambridge.

Coordenar os exames e prestar informações sobre o ensino superior

A entrada na fase do ensino superior representa para os jovens um passo importante no planeamento da carreira futura. Para facilitar aos alunos graduados do ensino secundário que pretendam prosseguir os estudos, foi realizado, sob a coordenação do serviço administrativo do ensino superior, o primeiro Exame Unificado de Acesso às Quatro Instituições de Ensino Superior de Macau - Disciplinas de Línguas e Matemática, que se concluiu, com sucesso, já que se inscreveram cerca de 90 por cento dos finalistas do ensino secundário complementar do ano lectivo de 2017.

Com o apoio do Ministério da Educação, no ano lectivo de 2017/2018, houve um grande aumento do número dos estudantes recomendados para as instituições do ensino superior e cursos abrangidos. Foram admitidos 723 candidatos, o que superou os números registados em anos anteriores.

Em Abril, foi lançada a Plataforma de Serviços para Bolsas de Mérito, Bolsas de Estudo, Bolsas-empréstimo e Apoios Financeiros atribuídos pelos Serviços Públicos, no sentido de facilitar aos residentes a aquisição das informações dos diferentes apoios financeiros, atribuídos

pelos serviços públicos, e ainda, possibilitar o preenchimento dos respectivos formulários na plataforma online. Desta forma, os diversos serviços públicos podem também estar actualizados sobre o número de pedidos formulados para a concessão de apoio, promovendo desta forma a utilização mais razoável dos recursos.

Foi lançado, pela primeira vez, no primeiro semestre do ano, o Plano de Apoio de Pagamento dos Juros ao Crédito para a Formação Linguística de Graduados do Ensino Superior, para incentivar os residentes que tenham uma licenciatura a prosseguirem estudos linguísticos no exterior e permitir que mais quadros profissionais dominem diversas línguas, contribuindo, desta forma, para o aumento da competitividade global de Macau.

No que toca ao ensino básico, com a publicação oficial das Exigências das competências académicas básicas do ensino secundário geral e das Exigências das competências académicas básicas do ensino secundário complementar, bem como o início da sua implementação, no ano lectivo de 2017/2018, no 1.º ano do ensino secundário geral e no 1.º ano do ensino secundário complementar, o novo currículo irá abranger, na totalidade, no ano lectivo de 2019/2020, os 15 anos de escolaridade, ou seja, do ensino infantil ao ensino secundário complementar.

No âmbito da juventude, foi concluído e publicado o relatório de avaliação intercalar da Política de Juventude de Macau (2012-2020), (adiante designada por Política de Juventude de Macau). Através de uma ligação estreita e cooperação com os serviços responsáveis pelos assuntos de juventude do interior da China, foram enriquecidos e aperfeiçoados os trabalhos de formação de líderes e membros das associações de estudantes do ensino secundário e das associações juvenis. Aproveitaram-se as oportunidades de participação e o apoio de Macau na construção de iniciativa «Uma Faixa, Uma Rota» e no plano de desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e apoiou-se o estabelecimento de relações de cooperação entre as associações juvenis e várias entidades não-governamentais daquelas regiões.

Planear a assistência social e construir uma sociedade harmoniosa

No que diz respeito ao apoio social, foram classificados mais de 10.000 casos relativos a pessoas com dificuldades económicas que carecem de ser apoiadas. Além disso, através da cooperação com várias organizações não-governamentais e centros de serviços familiares e comunitários, foi criada uma rede de apoio comunitário para os indivíduos vulneráveis, aumentando o rigor na concessão de apoio social. Durante o mês de Setembro, procedeu-se também à atribuição de mais uma prestação do subsídio de apoio económico regular a cerca de 4000 famílias beneficiárias de Macau e foi dada continuidade ao Programa de Inclusão e Harmonia na Comunidade, (subsídio especial a famílias em situação vulnerável).

A fim de se aumentar a oferta de vagas nas creches, foram realizadas obras para a criação e ampliação destes edifícios. Até ao terceiro trimestre de 2017, as vagas nas creches totalizaram cerca de 10.000 lugares, o que satisfaz as necessidades das cerca de 7000 crianças de Macau que completavam os dois anos de idade. Quanto às acções contínuas de

promoção da avaliação dos serviços das creches, 34 subsidiadas concluíram a auto-avaliação do Plano de Avaliação dos Serviços de Creches, no qual se introduziu, ainda, um plano de avaliação por terceiros.

Foram promovidas as implementações do Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos e do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio elaborados em função das necessidades dos idosos e das pessoas com deficiência. Concretizou-se, um total de 217 medidas de curto prazo no âmbito do Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos (2016-2017) e deu-se início a preparação da fase de médio prazo (2018-2020). O primeiro equipamento social de cuidados específicos, integrado e diversificado para idosos, situado nas ilhas, entrou em funcionamento em finais de 2017.

Concluíram-se 152 medidas de curto prazo (2016-2017) no âmbito do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio, dando-se, antecipadamente, início a algumas medidas de médio prazo. Por outro lado, a fim de facilitar a deslocação de idosos, pessoas com deficiência e residentes necessitados, deu-se por concluída, no 4.º trimestre, a elaboração das Normas arquitectónicas para a concepção de design universal e livre de barreiras na RAEM, por forma a regulamentar a construção de novas obras públicas e obras subsidiadas. Em simultâneo, procedeu-se à revisão da situação de acessibilidade dos equipamentos dos serviços de reabilitação subsidiados, tendo-lhes sido prestado apoio, com o intuito da melhoria das condições existentes para a criação de um ambiente sem barreiras.

O aumento do montante das contribuições do regime da segurança social e a aprovação da proposta de lei do Regime de Previdência Central não Obrigatório, em 2017, simbolizaram o desenvolvimento firme e programado do sistema. A nova lei orgânica do Fundo de Segurança Social (FSS) também entrou em vigor, por forma a permitir o FSS preparar-se para as suas novas funções. Ao mesmo tempo, o governo continuou a abrir contas individuais de previdência aos residentes de Macau que reuniam as condições necessárias, no valor de 7000 patacas, a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais, podendo a verba acumulada numa conta individual, bem como o rendimento de juros, atingir, no máximo, 60.000 patacas, caso o titular preencha os requisitos por oito anos consecutivos.

O Serviço de declarações electrónicas iniciou-se, a partir de Janeiro de 2017, com a participação de cerca de 650 empresas, incluindo várias empresas de grande escala. Através de meios informáticos, foi realizada a declaração de dados de contribuições e o respectivo pagamento para mais de 93.000 trabalhadores permanentes locais, representando 33,2 por cento da totalidade dos contribuintes.

Por outro lado, em articulação com os princípios de acção do Governo da RAEM “Racionalização de quadros e simplificação administrativa”, em 2017 iniciou-se, através da cooperação interdepartamental e da troca de dados de informatização, o melhoramento do procedimento de requerimento do subsídio de desemprego, simplificando muito as formalidades do respectivo requerimento e diminuindo o número de vezes de deslocação aos serviços públicos dos residentes. Em comparação com os anos anteriores, reduziu-se em 50 por cento o serviço de atendimento e o tempo de espera dos residentes.

Quanto à habitação, o Governo da RAEM está preparado para o fornecimento de

fracções da habitação pública, através de estudo de necessidades futuras neste âmbito, a disponibilidade de terrenos e regime jurídico. Neste sentido, foi concluído, no terceiro trimestre, o estudo das necessidades da habitação pública incumbida pelo Governo e realizado pelo Centro de Gestão Pública de Macau. Os resultados do estudo permitiram ao Governo ter o conhecimento das necessidades futuras de habitação e planear a acção governativa daqui em diante. Foram concluídas, no final de 2017, as obras de aterro da Zona A, onde serão construídas 28 mil fracções da habitação pública. Foram terminados também os trabalhos de revisão do regime jurídico da habitação social e após a conclusão da selecção dos agregados familiares para a atribuição de novas fracções, foi aberto um novo concurso, no final do ano em curso.

Relativamente à habitação pública em construção, foram concluídas, em meados de 2017, como previsto, as obras do Edifício do Bairro da Ilha Verde, do Edifício Cheng Tou, do Edifício Fai Ieng e ainda do Edifício Iat Fai, na Taipa, que disponibilizam, no total, 3458 fracções de habitação económica. Quanto à 2.ª fase da habitação social e do Pavilhão Desportivo de Mong-Há, as obras foram retomadas em 2017 tal como previsto.

No que concerne aos projectos de habitação pública em curso, foi elaborada a PCU da primeira fase da habitação pública para a Zona A dos Novos Aterros que abrange a construção de cerca de 7000 fracções. Simultaneamente foi iniciado o estudo de viabilidade do projecto de habitação pública para a Avenida Wai Long, o qual envolve matérias como impacto ambiental, trânsito, circulação do ar, entre outras avaliações, iniciando-se posteriormente a elaboração do projecto. Relativamente ao terreno na Avenida de Venceslau de Moraes, foi também iniciado o projecto.

No âmbito da Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), o Governo da RAEM continuou a encorajar a deslocação dos residentes nos transportes públicos através da optimização dos serviços de autocarros e promover, por outro lado, o controlo do número de veículos, tendo, até Setembro de 2017, o número total de veículos motorizados reduzido em cerca de 3,6 por cento, face ao dos veículos registados em 2016. Para facilitar a deslocação da população, o Governo tem estado empenhado no melhoramento dos serviços de autocarros, adoptando medidas para o efeito, nomeadamente o reordenamento, fusão e extensão de carreiras, bem como o ajustamento das paragens e optimização das estações de correspondência, em articulação com as mudanças e desenvolvimento social, de forma a criar uma rede de autocarros eficiente. No que diz respeito aos serviços de táxi, findo o concurso público para a atribuição de 250 licenças de táxis normais realizado em 2016, 50 táxis especiais da fase inicial entraram em funcionamento em 2017, dentro do prazo previsto.

Com a entrada em funcionamento em 2017 dos cinco parques de estacionamento públicos, designadamente o de Chun Su Mei, do Edifício Fai Ieng, do Edifício Cheng Tou, do Edifício Iat Fai e do edifício para equipamentos de saúde e cuidado a idosos no terreno CN6d de Seac Pai Van, são disponibilizados mais de 600 lugares de estacionamento para automóveis e motociclos. Procedeu-se ao mesmo tempo à actualização faseada do tarifário dos lugares de estacionamento providos de parquímetro e do tempo limite de estacionamento, de forma a aumentar a taxa de fluxo dos lugares de estacionamento públicos.

Valorizar o património cultural e reforçar o potencial artístico local



Em 2017, o Governo da RAEM envidou todos os esforços para a implementação das acções culturais previstas no Plano Quinquenal de Desenvolvimento, incluindo a protecção, transmissão e revitalização do património cultural, nos termos da Lei de Salvaguarda do Património Cultural, a promoção da generalização da educação artística, a formação de quadros qualificados da área cultural, sobretudo nos jovens, o apoio e o fomento das indústrias culturais e o reforço contínuo do intercâmbio e da cooperação regional, no sentido de desenvolver Macau como uma cidade culturalmente sustentável.

Em 2017, iniciou-se a consulta pública da 2.ª fase do Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau e em Março foi anunciado o processo de classificação da zona de estaleiros navais de Lai Chi Vun.

Na sequência do sucesso da inscrição da Colecção “Chapas Sínicas” (Registos Oficiais de Macau durante a Dinastia Qing-1693-1886), no Registo da Memória do Mundo para a Ásia-Pacífico, o Arquivo de Macau e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Portugal apresentaram, com sucesso, uma candidatura conjunta para a inscrição da referida Colecção, no Registo da Memória do Mundo da UNESCO.

Em 2017, o Governo da RAEM procedeu à optimização e reorganização dos recursos humanos e materiais das instalações culturais, organizou de forma contínua actividades de diversas modalidades e lançou planos de apoio e programas de formação, com vista a promover,

em diferentes vertentes, a integração da cultura na comunidade e na vida quotidiana dos residentes.

Melhorar a qualidade dos serviços e diversificar os produtos turísticos

Perante a instabilidade do ambiente económico internacional e a turbulência cambial, e após a indústria turística ter ultrapassado uma fase de ajustamento, o número de visitantes em Macau em 2017 apresentou uma subida significativa, e a despesa total dos visitantes também cresceu.

Em sintonia com o aumento do ritmo do Governo da RAEM para a construção de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, foram concluídos os estudos e a elaboração do Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau, bem como foi anunciado e publicado o relatório do Plano, que se dedicou ao estudo aprofundado sobre a situação actual, as vantagens, os desafios e as potencialidades do desenvolvimento da indústria turística, elaborando os objectivos, as estratégias e os planos de acção relacionados, para o futuro desenvolvimento sustentável da indústria turística de Macau.

Promoveu-se o Plano de Desenvolvimento para o Turismo Comunitário e a Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau e deu-se continuidade à organização ou co-organização de vários eventos e festividades. Foram concluídos os inquéritos de avaliação das diversas actividades de grande envergadura, tais como o Festival de Luz de Macau, o Festival Internacional de Cinema e Cerimónia de Entrega de Prémios de Macau e a Parada de Celebração do Ano Novo Lunar. Os estudos relevantes contribuíram para conhecer melhor os benefícios alcançados por essas actividades para as marcas turísticas de Macau, servindo de fundamento científico, para elaborar estratégias de promoção no futuro e aperfeiçoar as actividades e produtos.

No âmbito da fiscalização da indústria do turismo, foram envidados esforços para o aperfeiçoamento da legislação da área do turismo. O diploma que regula as agências de viagens e a profissão de guia turístico já se encontra em processo legislativo. Foi elaborada a proposta de diploma que regula o licenciamento e o funcionamento dos hotéis. Foram rigorosamente exercidas as funções de fiscalização, tendo-se efectuado, constantemente, inspecções e fiscalizações aos estabelecimentos e as actividades por lei sujeitas ao licenciamento e à intervenção. Através da divulgação e distribuição de diversas orientações e recomendações técnicas, procurou-se consolidar a consciência e importância do cumprimento da lei e da prestação de serviços de qualidade por parte dos operadores e agentes turísticos.

No domínio da promoção, colaborou-se com os serviços na área de cultura e do desporto, para reforçar a oferta dos produtos turísticos, tendo-se organizado, através de cooperação entre os representantes no exterior do sector turístico, pacotes turísticos sazonais para Macau centrados nas actividades culturais e desportivas, bem como nas festividades.

Macau foi designada como cidade membro da Rede das Cidades Criativas da UNESCO na área da Gastronomia, aproveitando a gastronomia como um elemento de intercâmbio cultural, de maneira a transmitir a sua característica típica, ou seja a coexistência de diversas culturas.

Depois de Macau ser classificado como membro da Rede de Cidades Criativas, pode ser usada a plataforma internacional dessa rede para criar, na área cultural, um intercâmbio e uma troca de experiências com outras cidades membros, aproveitando-se esta oportunidade para impulsionar o desenvolvimento sustentável da indústria cultural de Macau.

Em articulação com a construção da Região Metropolitana da Grande Baía, reforçou-se a cooperação e a comunicação com os serviços de turismo do interior da China e de Hong Kong. Organizaram-se vários eventos, tais como o Seminário de Intercâmbio entre o interior da China, Hong Kong e Macau sobre Turismo Integrado e Polícia Turística e a Reunião Anual de Trabalho 2017 da Comissão Conjunta de Trabalhos para Impulsionar a Construção de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer com o objectivo de discutir detalhadamente vários temas relacionados com os incentivos para a construção de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

20 Leis Aprovadas pela Assembleia Legislativa Dizem Respeito aos Assuntos Administrativos e à Vida da População



Na 4.^a Sessão Legislativa da V Legislatura da Assembleia Legislativa (de 16 de Outubro de 2016 a 15 de Outubro de 2017) - foram realizados 50 plenários e 135 reuniões das comissões.